



26 Ação Cautelar Inominada. 27 Arresto. 28 Sequestro, Busca e Apreensão, assecuração de provas. 29 Alimentos provisionais, Posse em nome do nascituro, medidas provisionais do Direito de Família. 30 Ação de Alimentos. 31 Ação de Mandado de Segurança. 32 Ação Civil Pública. 33 Ação Popular. 34 Ações Possessórias. 35 Separação e Divórcio. 36 Ação de Usucapião. 37 Interdição. 38 Perda e Suspensão do Poder Familiar. 39 Hipóteses em que cabe legitimação ativa. Procedimento. 40 Ações do Código de Defesa do Consumidor: disposições gerais. 41 Recursos dos Tribunais Superiores. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Prequestionamento. Arguição de Inconstitucionalidade. 42 Lei n.º 8.038/90. 43 Assistência Judiciária: aspectos processuais (Lei n.º 1.060/50). 44 Processamento dos recursos nos tribunais (Lei n.º 9.756/98). 45 Lei dos Juizados Especiais Cíveis (Lei n.º 9.099/95). 46 Ação Monitória. 47 Improbidade Administrativa. 48 Ação de Desapropriação. 49 Locação: ação de despejo, ação renovatória, ação de revisão de contrato de locação, consignação em pagamento. 50 Normas processuais civis e medidas tutelares: no estatuto da criança e do adolescente, no estatuto do idoso, no estatuto das cidades, na lei de proteção e defesa a pessoa portadora de deficiência, no código de defesa do consumidor. 51 Ação declaratória e negatória de vínculo parental. 52 Inventário, arrolamento, alvará judicial. 53 Assistência judiciária, aspectos processuais. 54 Juizados especiais cíveis.

16.2.1.7 DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS: 1 Processo coletivo: instrumentos, ação civil pública, mandado de segurança coletivo, mandado de injunção coletivo, *habeas data* coletivo e ação popular. 2 Direitos e interesses metaindividuais, direitos difusos, coletivo e individuais homogêneos. 3 Legitimidade ativa e passiva das ações coletivas. 4 Legitimidade da Defensoria Pública. 5 Competências, litisconsórcios em ações coletivas. 6 Ônus da prova, litispendências, conexão e continência em ações coletivas. 7 Antecipação de tutela e medidas de urgência em ações coletivas. 8 Coisa julgada, liquidação e execução de sentença em ações coletivas. 9 Termo de Ajustamento de conduta em ação civil pública. 10 Controle de constitucionalidade e ação civil pública. 11 Tutela coletiva no direito do consumidor, no direito à saúde, no direito à educação, no direito à geração do emprego e renda, no direito dos portadores de necessidades especiais, no estatuto do idoso e política estadual do idoso. 12 Inquérito Civil: objeto, instauração, poderes instrutórios, compromisso de ajustamento de condutas e arquivamento. 13 Direito Ambiental: Princípios fundamentais do direito ambiental. Política nacional do meio ambiente. Código Florestal. Crimes contra o meio ambiente, fauna, flora, águas e pesca. Política nacional dos recursos hídricos. 14 Patrimônio Público: improbidade administrativa. 15 Tutela coletiva do direito à cidade e moradia: Direito à cidade como direito fundamental. Princípios constitucionais do direito à moradia. Direito à moradia na Constituição. 16 Princípios da política urbana no Estatuto da Cidade. 17 Instrumentos de indução do desenvolvimento urbano e direito à moradia (Parcelamento, edificação e utilização compulsória/Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana/desapropriação para fins de reforma urbana). 18 Instrumentos de regularização fundiária nos assentamentos informais (parcelamento do solo urbano em zonas especiais de interesse social). 19 Lei de Saneamento Básico. 20 Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (Lei n.º 11.124/05).

16.2.1.8 DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: 1 Paradigmas legislativos em matéria de infância e juventude: a situação irregular e a proteção integral. 2 A criança e o adolescente na normativa internacional; declaração universal dos direitos da criança e do adolescente, convenção internacional sobre os direitos da criança, convenção relativas à proteção das crianças e a cooperação em matéria de adoção internacional, regras mínimas da ONU; para proteção dos jovens privados de liberdade e para administração da justiça da infância e juventude (Regras de Beijing). 3 Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil. 4 Os direitos da criança e do adolescente na Constituição Federal. 5 O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90): abrangência

concepção e estrutura. Princípios fundamentais. Parte geral, parte especial, disposições preliminares, finais e transitórias. Direitos Fundamentais; prevenção, política de atendimento, medidas de atendimento, medidas de proteção, prática de ato infracional, medidas sócio-educativas, conselho tutelar e conselho de direitos da criança e do adolescente, acesso à justiça, justiça da infância e juventude, procedimentos, recursos, Ministério Público e advogados, proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos, crimes e infrações administrativas. 6 Estatuto da Criança e do Adolescente e a Jurisprudência dos Tribunais Superiores. 7 Entidades de atendimento. 8 Medidas pertinentes aos pais ou responsável. 9 Lei das diretrizes e bases da educação nacional (Lei n.º 9.394/96). 10 Resoluções 113 (de 19/4/2006), e 117, de 11/7/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. 11 Atuação do Defensor Público na defesa dos interesses da Criança e do Adolescente no ECA e na Lei Complementar Federal n.º 80/94. 12 Acesso à Justiça: princípios gerais, competência, representação processual, serviços auxiliares, procedimentos e recursos.

16.2.1.9 DIREITOS HUMANOS: 1 Desenvolvimento histórico dos Direitos Humanos e seus marcos fundamentais. 2 O fundamento e as concepções dos Direitos Humanos em face do princípio da dignidade humana. 3 Classificação e características dos Direitos Humanos. 4 Teoria Geral do Direito Internacional dos Direitos Humanos. 5 Estrutura normativa do Direito Internacional dos Direitos Humanos: sistema global (ONU), sistema regional americano (OEA). 6 Mecanismos internacionais de proteção e monitoramento dos Direitos Humanos: competência, composição e funcionamento. 7 Sistema Global (ONU) e sistema regional americano (OEA). 8 Convenção suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e práticas análogas à escravidão. 9 Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial; Convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e respectivo protocolo facultativo. 10 Convenção sobre a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis desumanos ou degradantes e protocolo facultativo. 11 Convenção sobre os direitos da criança e Protocolo Facultativo à Convenção sobre os direitos da criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil. 12 Declaração americana dos direitos e deveres do homem. 13 Convenção americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica). 14 Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Protocolo de San Salvador). 15 Convenção interamericana para prevenir e punir a tortura. 16 Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. 17 Incorporação dos tratados internacionais de proteção dos Direitos Humanos ao Direito brasileiro. 18 A execução de decisões oriundas de Tribunais Internacionais de Direitos Humanos no Brasil. 19 Instituições públicas nacionais de defesa e promoção dos Direitos Humanos. Política Nacional de Direitos Humanos. 20 Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiências. 21 Declaração Universal de Direitos Humanos (1948). 22 Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e seu respectivo Protocolo Facultativo (1966). 23 Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos e seu respectivo Protocolo Facultativo (1966). 24 Declaração para eliminação de todas as formas de Intolerância e a Discriminação baseada em Religiosa ou Crença. 25 Declaração de Princípios sobre a Tolerância (Paris, 1995).

16.2.1.10 PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA: 1 A Defensoria Pública na Constituição Federal e na Constituição Estadual. Princípios Constitucionais e Institucionais da defensoria Pública. 2 Defensoria Pública: conceito, funções típicas e atípicas. 3 Organização da Defensoria Pública (Lei Complementar Federal n.º 80, de 12/1/94 e Lei Complementar Estadual n.º 59, de 30/11/2005).

NELSON NERY COSTA

Defensor Público Geral do Estado do Piauí